decisões caberá recurso para o Tribunal do Contencioso Administrativo respectivo.

§ 2.º O director de finanças poderá introduzir nas minutas dos contratos quaisquer outras cláusulas que salvaguardem os interesses do Estado e não contrariem as disposições d'este regulamento.

Art. 21.º O director de finanças deverá usar da faculdade que lhe é concedida pelo artigo 17.º do regulamento, aprovado por decreto com força de lei n.º 15:174, sempre que ao seu conhecimento chegue que há pessoas nas condições nelle previstas, sendo applicável à execução tudo quanto no dito artigo e seus parágrafos se acha estipulado.

§ 1.º O auto administrativo a que se refere este artigo será lavrado perante três testemunhas idóneas, pelo menos.

§ 2.º Os dinheiros arrecadados pela Fazenda Nacional nas execuções acima previstas serão creditados a favor dos colonos, proporcionalmente às quantias entregues pelos mesmos, e deduzida a respectiva importância do preço da venda.

§ 3.º Nas arrematações dos bens imóveis penhorados nestas execuções, o agente do Ministério Público deve licitar, por parte da Fazenda Nacional, até a importância da avaliação.

§ 4.º Quando o prédio estiver onerado com encargos privilegiados, o agente do Ministério Público os licitará até a importância desses encargos, quando não sejam de valor superior a dois terços do preço da avaliação.

§ 5.º A importância dos referidos encargos será satisfeita por conta dos dinheiros arrecadados nas execuções de que trata este artigo, sendo saldada logo que se realize a revenda do prédio.

§ 6.º Efectuada a arrematação por parte da Fazenda Nacional, o agente do Ministério Público requererá a carta de sentença, tomará posse do prédio, que lhe será conferida pelo juízo das execuções fiscaes, promoverá o registo na Conservatória e entregará todos os documentos ao director de finanças.

§ 7.º Pelo director de finanças será comunicada a aquisição à Direcção Geral da Fazenda Pública, a fim de se proceder à revenda do prédio em ocasião oportuna, nos termos d'este regulamento, levando-se o seu produto, incluindo os rendimentos que porventura haja, a crédito da conta a que respeita a execução.

§ 8.º Simultaneamente se procederá nas arrematações de direitos e quantias ou valores líquidos, certos, desde que o Ministério Público, por suas averiguações directas ou por circunstâncias especiais da execução, se convença que ao Estado convém nelas licitar.

Art. 22.º Para as execuções de que trata este regulamento é competente o juízo das execuções do concelho de Ponta do Sol.

Art. 23.º As ajudas de custo do pessoal empregado na vigilância e superintendência da administração das propriedades serão pagas pela administração com os rendimentos das mesmas, segundo a tabela em vigor, acrescidos de 5 por cento.

Art. 24.º O director de finanças poderá requisitar directamente ao Governo Militar da Madeira as forças necessárias para o policiamento e manutenção da ordem nas propriedades.

Art. 25.º O director de finanças pode autorizar bemfeitorias mediante uma prestação annual a pagar pelos colonos interessados, conforme o seu valor.

Art. 26.º O Ministro das finanças, sempre que o julgue conveniente, mandará inspecionar os serviços a cargo do director de finanças e a que se refere este regulamento.

Art. 27.º Os bens que faziam parte dos Sanatórios da Madeira e que se encontram na posse do Estado serão

mandados avaliar por perito ou peritos da confiança do director de finanças, cada um em separado, e postos em praça à medida que as circunstâncias o aconselharem e quando o director de finanças o ordenar, depois de devidamente autorizado pelo Ministro das Finanças.

§ 1.º Os prédios rústicos poderão ser vendidos em glebas, se assim fôr julgado mais vantajoso.

§ 2.º A adjudicação far-se há pelo maior lance acima da avaliação.

§ 3.º As águas do Rebentão que não tenham sido cedidas serão vendidas juntamente com as propriedades que abastecem e com os terrenos onde brotam.

§ 4.º O pagamento dos bens dos Sanatórios da Madeira poderá efectuar-se em três prestações anuais, sendo a primeira paga dentro de oito dias depois da praça e sendo as duas restantes pagas em igual data nos anos seguintes.

§ 5.º As prestações em dívida vencem juro de 8 por cento ao ano e são garantidas por hipoteca sobre os mesmos prédios até completa liquidação.

§ 6.º Os bens que não forem adjudicados ou que forem retirados da praça por não alcançarem lance sufficientemente remunerador poderão ser arrendados pelo director de finanças nos termos do artigo 19.º d'este regulamento.

§ 7.º O director de finanças marcará o dia e hora da praça com antecedência de noventa dias, publicando-se anúncios nos jornais de onde constem as condições de venda e afixando-se os editais nos lugares do costume.

§ 8.º O titulo de adjudicação é sufficiente para o registo definitivo da transmissão na Conservatória.

§ 9.º Terão preferência, em igualdade de circunstâncias, os licitantes que oferecerem pagar as propriedades por uma só vez.

§ 10.º A conservação da canalização das águas do Rebentão compete aos diversos proprietários, em proporção com o número de penas de água que possuírem.

§ 11.º Serão extensivas aos bens dos Sanatórios da Madeira, na parte omissa, as disposições d'este regulamento relativas aos terrenos da Lombada dos Esmeraldos e do Lugar de Baixo.

Art. 28.º O Ministro das Finanças resolverá todas as d'vidas de interpretação a que possa dar lugar este regulamento; e aquellas que se suscitarem na sua execução relativamente a formulários, processamento de folhas de despesas e outras semelhantes serão resolvidas pela Direcção Geral da Fazenda Pública.

Paços do Governo da República, 24 de Janeiro de 1931.—O Ministro das Finanças, *António de Oliveira Salazar*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES

8.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 19:269

Verificando-se pelos números já apurados que as receitas a cobrar até 30 de Junho próximo para os organismos abaixo indicados devem exceder bastante a prevista no orçamento em vigor para o corrente ano económico, e sendo necessário providenciar para que essas receitas sejam entregues a tempo de poderem ter oportuna applicação;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, e com fundamento

no § 1.º do artigo 7.º do decreto n.º 15:798, de 31 de Junho de 1928, e alínea e) do artigo 35.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930, sob proposta dos Ministros das Finanças e do Comércio e Comunicações:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º São reforçadas com as importâncias abaixo indicadas as seguintes dotações do capítulo 8.º, artigo 111.º, do orçamento do Ministério do Comércio e Comunicações em vigor para o corrente ano económico:

I — Subsídio às juntas autónomas dos portos, por contrapartida das receitas arrecadadas pelo Estado:

Junta Autónoma do pórto de Viana do Castelo e rio Lima	115.200\$00
Junta Autónoma do pórto e barra da Figueira da Foz	76.430\$00
Junta Autónoma do rio Lis	172.134\$00
Junta Autónoma da ria e barra de Aveiro	3:974.922\$00
Junta do rio Mondego	146.432\$00
Junta Autónoma do pórto comum de Faro-Olhão	406.511\$00
Junta Autónoma de pórto de Portimão . .	236.940\$00
Junta Autónoma das obras do pórto do Funchal	790.324\$00
Junta Autónoma do pórto de Angra do Heroísmo	198.314\$00
<i>Total</i>	<u>6:117.257\$00</u>

Art. 2.º No orçamento das receitas do Estado, no capítulo 8.º, são reforçadas com correspondentes quantias as receitas previstas para as referidas Juntas Autónomas nos respectivos artigos.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado dos Paços do Governo da República, em 17 de Janeiro de 1931.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira—António Lopes Mateus—Luís Maria Lopes da Fonseca—António de Oliveira Salazar—João Namorado de Aguiar—Luís António de Magalhães Correia—Fernando Augusto Branco—João Antunes Guimarães—Eduardo Augusto Marques—Gustavo Cordeiro Ramos—Henrique Linhares de Lima.*

Decreto n.º 19:270

Tornando-se indispensável providenciar a fim de que possam ser oportunamente liquidados os débitos do Estado por fornecimentos feitos para o novo edificio da Escola Normal de Bemfica, anteriormente à entrega desta construção à Direcção Geral dos Edificios e Monumentos Nacionais:

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta do Ministro do Comércio e Comunicações:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º No orçamento do Ministério do Comércio e Comunicações em vigor para o corrente ano económico é reforçada com a quantia de 130.000\$ a dotação do capítulo 11.º, artigo 131.º «Despesas de anos económicos findos».

Art. 2.º No mesmo orçamento, no capítulo 4.º e artigo 55.º «Construções de obras novas», é eliminada igual quantia na dotação do n.º 13), «Escola Normal de Bemfica, em Lisboa».

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 17 de Janeiro de 1931.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira—António Lopes Mateus—Luís Maria Lopes da Fonseca—António de Oliveira Salazar—João Namorado de Aguiar—Luís António de Magalhães Correia—Fernando Augusto Branco—João Antunes Guimarães—Eduardo Augusto Marques—Gustavo Cordeiro Ramos—Henrique Linhares de Lima.*

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral dos Serviços Centrais

Repartição Autónoma de Justiça e Cultos

Decreto n.º 19:271

Foi o Governo autorizado pelo decreto n.º 16:489, de 15 de Fevereiro de 1929, que aprovou o Código de Processo Penal, a aplicar o mesmo às colónias, ouvidas as estações competentes e fazendo-lhe as modificações que as circunstâncias especiais das mesmas colónias determinarem.

Ouvidas as referidas estações, foi elaborado um projecto sobre o qual se pronunciaram o Conselho Superior Judiciário das Colónias e o Conselho Superior das Colónias, resultando do parecer destas entidades o presente decreto, o qual, entre as alterações impostas pelo meio colonial, manda que subsistam as normas de direito e processo penal contidas no estatuto privativo dos indígenas e outros diplomas a elles respeitantes, de fácil aplicação e execução e mais consentâneos com o estágio de civilização das populações indígenas, cujos usos e costumes há que ter em conta.

Nos termos da alínea b) do n.º 1.º da VIII das bases orgânicas da administração colonial, aprovadas pelo decreto n.º 15:241, de 24 de Março de 1928:

Hei por bem decretar, sob proposta do Ministro das Colónias, o seguinte:

Artigo 1.º O Código de Processo Penal, aprovado pelo decreto n.º 16:489, de 15 de Fevereiro de 1929, é declarado em vigor nas colónias e nelas começará a ter execução, com as modificações constantes do presente decreto, no dia 1 de Julho de 1931, independentemente de publicação nos respectivos *Boletins Officiais*.

§ único. O dia designado neste artigo para a execução do Código nas colónias é reputado também para todos os efeitos o da sua publicação.

Art. 2.º Têm competência penal nas colónias o Supremo Tribunal de Justiça e os tribunais e autoridades a que é atribuída pela organização judiciária e mais diplomas agora nelas em vigor.

§ 1.º A competência penal dos juizes municipais e dos juizes instrutores é a estabelecida na organização judiciária das colónias e mais disposições lá em vigor.

§ 2.º A competência dos juizes populares é a estabelecida no Código de Processo Penal para os juizes de paz e nos n.ºs 3.º e 5.º do artigo 81.º da organização aprovada pelo decreto n.º 14:453, de 20 de Outubro de 1927.

§ 3.º Subsistem as disposições de organização judi-